

VII Seminário FESPSP - “Juventude, trabalho e profissão: desafios para o futuro no tempo presente”.

28 de outubro a 01 de novembro de 2019

GT 07 - Mídia, política e sociedade

Reflexões sobre práticas e reconfigurações políticas dos coletivos de comunicação “Nós mulheres da periferia” e “Periferia em Movimento”

Fernanda Arantes e Silva¹

Marília Jahnel de Oliveira²

Resumo: O objetivo do artigo é apresentar resultados de pesquisa realizada nos anos 2015 e 2016 sobre dois coletivos de comunicação: o Periferia em movimento e o Nós, mulheres da periferia, e também refletir sobre o termo “coletivo”, enquanto forma de ação coletiva contemporânea. A partir da realização de entrevistas com jovens jornalistas moradores da periferia da zona Sul de São Paulo, integrantes dos coletivos Periferia em movimento e o Nós, mulheres da periferia!, é possível analisar as práticas jornalísticas desenvolvidas, a disputa frente às imagens e discursos da grande mídia a partir da construção de narrativas periféricas, as práticas de organização e os projetos políticos que os orientam. As manifestações de junho de 2013, a primavera feminista e a primavera secundarista em 2015, incluíram reflexões sobre práticas horizontais e colaborativas, a centralidade da internet nas disputas políticas, as questões identitárias e os limites da democracia representativa no debate sobre ação coletiva dos últimos anos e, com isso, contribuíram para a visibilidade dos coletivos enquanto formas de organização coletiva de atuação política na atualidade.

Palavras-chave: juventude; coletivo; atuação política; comunicação; ação coletiva

¹ Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. E-mail: fernandarantes@gmail.com

² Mestre em Ciências humanas e sociais pela Universidade Federal do ABC. E-mail: marilijahnel@gmail.com

1. Introdução

O presente artigo tem como objetivo apresentar resultados de pesquisa empírica realizada entre os anos 2015 e 2016 sobre dois coletivos de comunicação: o “Periferia em movimento” e o “Nós, mulheres da periferia”, e também refletir sobre o termo “coletivo”, enquanto objeto de estudo do campo da ação coletiva e dos movimentos sociais.

A partir da realização de entrevistas com jovens jornalistas moradores da periferia da zona Sul de São Paulo, integrantes dos coletivos Periferia em movimento e o Nós, mulheres da periferia, é possível analisar as práticas jornalísticas desenvolvidas por eles, a disputa frente às imagens e discursos da grande mídia a partir da construção de narrativas periféricas, entre outras questões, como as práticas de organização e projetos políticos que os orientam.

As manifestações de junho de 2013, a primavera feminista e a primavera secundarista em 2015, incluíram reflexões sobre práticas horizontais e colaborativas, a centralidade da internet nas disputas políticas, as questões identitárias e os limites da democracia representativa no debate sobre ação coletiva dos últimos anos e, com isso, contribuíram para a visibilidade dos coletivos enquanto formas de organização coletiva de atuação política na atualidade. Este é o pano de fundo no qual este artigo se apoia para discutir o aumento do número dos coletivos na cidade de São Paulo e alguns aspectos que caracterizam a constituição dessa forma de ação coletiva.

No ano de 2013, a partir do mês de junho, ocorreram grandes manifestações em diversos estados brasileiros. Em São Paulo, assim como em outras cidades, as mobilizações iniciaram com um ato do Movimento Passe Livre – MPL³ após o aumento da passagem do transporte público e, rapidamente, mobilizaram milhares de pessoas. Ao longo dos dias, diversas pautas e demandas foram colocadas no espaço público. Os protestos tiveram como mote inicial a questão da mobilidade urbana e foram convocadas pelo MPL, que historicamente atua com esta linha estratégica em momentos de

³ Conforme o próprio movimento, “o Movimento Passe Livre (MPL) é um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente, que luta por um transporte público de verdade, gratuito para o conjunto da população e fora da iniciativa privada”. Fonte: <https://www.mpl.org.br/>, acesso em maio de 2019.

reajuste do valor da passagem do transporte público, e tomaram uma dimensão não vista anteriormente em outras mobilizações iniciadas pelo grupo. Além do grande número de pessoas presentes nas manifestações, as motivações e pautas foram expandidas e o público diversificado a cada novo ato convocado. Não se pretende aprofundar as reflexões sobre as “Jornadas de Junho” por entender que este não é o objetivo aqui proposto e também para evitar análises superficiais, tendo em vista sua complexidade e a disputa política que existe sobre o significado, interpretações e consequências de Junho de 2013.

Embora as demandas das manifestações não fossem de fácil percepção ou apresentadas de forma organizada, havia um consenso mínimo de que as ruas estavam pautando as condições de vida da população nas grandes cidades e a não representatividade dos governantes e do sistema político. Além disso, a importância das ruas e do espaço público enquanto local de disputa política nacional estava colocada.

Nas nossas ruas, o direito à mobilidade se entrelaçou fortemente com outras pautas e agendas constitutivas da questão urbana, como o tema dos megaeventos e suas lógicas de gentrificação e limpeza social. (ROLNIK, 2013, p.9)

A mobilização das mulheres, com as campanhas na internet e atos no espaço público, ficou conhecida como Primavera das Mulheres ou primavera feminista. A hashtag #MeuPrimeiroAssedio, por exemplo, aglutinou diversos relatos sobre assédios sexuais sofridos por crianças, sobretudo mulheres, e foi iniciada pelo coletivo Think Olga como reação aos comentários sexuais direcionados a uma menina de 12 anos participante de um reality show. Nessa mesma linha, a hashtag #MeuAmigoSecreto, criada pelo coletivo Não me Kahlo, reuniu inúmeros relatos de assédios e violências cotidianas sofridas pelas mulheres.

A luta das mulheres disputou as ruas em reação ao presidente da Câmara dos Deputados, à época Eduardo Cunha, e à tramitação do Projeto de Lei 5069/2013, que atacava os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres,

diversas manifestações protagonizadas por mulheres se espalharam pelo país, após convocação pela internet, em 2015.

Nos anos de 2015 e 2016, os estudantes secundaristas (ensino médio) mobilizaram-se diante da proposta de reforma do ensino médio e contra a Proposta de Emenda Constitucional – PEC - 55, que congelou os investimentos públicos com saúde e educação por 20 anos. Em São Paulo, assim como em outros estados, para posicionar-se contra o plano de reorganização das escolas de ensino médio, tanto pela forma autoritária de sua construção, como também pelo iminente fechamento de diversas unidades de ensino, os “Secundaristas” realizaram ocupações das escolas e protestos em espaços públicos das cidades. Rapidamente, as ocupações tornaram-se espaços de vivências colaborativas e compartilhadas de gestão, propiciando uma reflexão sobre os processos participativos internos e externos das escolas e reafirmaram a reivindicação pela educação enquanto um direito público, gratuito e de qualidade.

Embora a denominação “coletivo” seja utilizada por grupos de ação coletiva há algum tempo como, por exemplo, os coletivos de arte pública dos anos 80 (BASSANI, 2016) e o Coletivo Nacional da Mulher do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - criado em 1996 e renomeado em 1999 de Coletivo Nacional de Gênero, que atua dentro do próprio movimento, os coletivos têm despertado atenção de pesquisadores, pois acionam práticas organizativas e de atuação que os afastam de outras formas de ações coletivas e, com isso, desvelam reflexões sobre possíveis formas de organização e atuação política coletiva contemporâneas.

Entre os coletivos encontra-se tanto uma pluralidade temática em relação à área de atuação, quanto diversos outros aspectos, tais como: variados perfis na composição dos membros; distintas formas de organização interna e de atuação; constituição de vínculos institucionais, dentre outros, que caracterizam a diversidade deste fenômeno.

Após essa introdução, segue uma seção sobre estudos de grupos juvenis e outra sobre ação coletiva e movimento social, seguida pela caracterização e breve histórico de atuação política dos coletivos aqui analisados. Encerramos com a conclusão e apontamos possíveis desdobramentos.

2. Estudos de Juventude e Estudos de Ação Coletiva e Movimentos Sociais

2.1 Breve Histórico sobre pesquisas de Juventude

As pesquisas sobre as diferentes formas de agrupamento dos jovens surgiram no início no século XX nos Estados Unidos. Na Universidade de Chicago foi constituído o departamento de sociologia, no qual foram formados pesquisadores interessados em estudar as comunidades imigrantes e a pobreza. A princípio a cidade de Chicago e as mazelas sociais que a assolavam foram o foco de pesquisa desses sociólogos. A *desorganização social*, gerada pela migração ou imigração para regiões degradadas, foi, segundo Alba Zaluar (1997), a teoria que inicialmente fundamentou a chamada Escola de Chicago. Desse modo, a desorganização social estava refletida na perda de força dos costumes e valores que deixaram de regular “comportamentos, abrindo caminho para a crise da moralidade, dos laços familiares e de vizinhança, o que favoreceria as atividades criminosas” (p. 17-18).

Diante desse contexto, a delinquência juvenil, que afetava principalmente os filhos dos imigrantes, foi o tema considerado mais importante. Realizou-se estudos das gangues que já existiam em Chicago, dividindo-as, por meio de mapas, em territórios dominados por jovens de diferentes etnias. Os conflitos violentos, pelo caráter étnico e pelos laços de vizinhança, caracterizavam essas gangues. A negatividade, a anomia e a homogeneidade de condutas e valores, predominaram nos primeiros estudos sobre os agrupamentos dos jovens (SILVA, 2010).

A pesquisa de Foot Whyte (2005) rompeu com o paradigma da desorganização social dos estudos realizados pelo departamento de sociologia da Escola de Chicago. Durante quatro anos Whyte morou em Boston, no bairro intitulado por ele de Corneville, habitado por migrantes italianos. Sua pesquisa mostrou que no lugar da desordem social propagada pelos estudos que o antecederam, os moradores daquele bairro se organizavam a partir de padrões de comportamento e hierarquia bem definidos. Acompanhou por quatro anos

jovens que se reuniam nas esquinas, denominados por ele de “rapazes de esquina” e gângsteres. Ao observar esses jovens Whyte atentou para as sociabilidades juvenis, os laços de lealdade, bem como as relações de poder que predominavam no interior de suas formações e que davam forma às interações com o mundo adulto (ALMEIDA, 2009).

A partir da década de 1960 os estudos que ganham visibilidade foram aqueles que adotaram como foco a idade, sendo o período da adolescência e a formação de uma cultura juvenil na escola, suas referências. Segundo Silva (2010), “essas pesquisas buscavam explicar as práticas, organizações e valores dos jovens de diferentes origens e de diversas posições sociais” (p.30). Talcott Parsons (1968) ao estudar a experiência dos jovens da classe média no ensino secundário, trouxe valiosas contribuições para o entendimento dos grupos e da cultura juvenil. Constatou que a formação dos grupos e de uma cultura juvenil propiciava a constituição de um campo que favorecia o exercício da independência do controle do mundo adulto, tornando-se um importante processo de socialização e de transição do espaço privado para a vida pública.

O *Centre For Contemporary Cultural Studies* (CCCS), criado em 1964 na Universidade de Birmingham, Inglaterra, constituiu-se como um importante polo de pesquisa sobre os jovens e suas formas de organização. Seus pesquisadores se dedicaram a estudar as práticas culturais dos jovens de seu país (Clarke, Hall, Jefferson, Robert, 2006). Foi após a Segunda Guerra Mundial, que o termo juventude se tornou evidente na Grã-Bretanha. Foi um período marcado por grandes transformações sociais, como a transição para a vida urbana, modificando os mecanismos de controle social que propiciavam a reprodução do grupo operário e também a ampliação da escolarização dos filhos da classe trabalhadora, o que permitiu à esses jovens alterar suas referências culturais e redefinir o espaço onde poderiam inscrever seus projetos profissionais.

Segundo Neveu e Mattelart (2006), “o desenvolvimento do *habitat* coletivo e da escolarização, as mudanças no ambiente midiático introduzem uma ruptura na socialização das gerações do *baby-boom*” (p.63). As mudanças no processo de produção, remuneração e desemprego em massa, mais tarde, vivenciadas pelo mundo operário, remodelaram e

desestabilizaram a sua identidade. Neste contexto surgia, então, uma subcultura juvenil e os estudiosos da escola de Birmingham, buscaram vinculá-la à sua cultura de origem, a operária. Segundo esses pesquisadores a formação e o envolvimento dos jovens em grupos como os *punks*, *mods*, *rockers*, entre outros, resultavam de relações sociais que tinham a finalidade de expressar e resolver as incoerências que estavam camufladas e não equacionadas no seio da cultura parental.

Os estudos culturais empreendidos na escola de Birmingham alargaram a compreensão sobre as culturas juvenis, contudo, eles se mostraram frágeis. Segundo Clark (2008), embora as culturas juvenis pudessem ser entendidas como uma forma de resistência ao mundo adulto, as pesquisas não se atentaram para as instituições hegemônicas, como a família, a escola e o trabalho. Além disso, os estudiosos do CCCS, não superaram o interesse pelo estilo, deixando fora de suas análises a questão de classe, gênero, idade e raça.

Os temas estudados, os pressupostos e a metodologia adotada pelo *Centre For Contemporary Cultural Studies* foram revistos pelos estudos chamados pós-subculturais, que possuíam o anseio de reavaliar “a relação entre jovens, música, estilo e identidade, no terreno social cambiante do novo milênio, em que fluxos globais e subcorrentes locais se rearticulam e reestruturam de maneira complexa, produzindo novas e híbridas constelações culturais (FREIRE FILHO, 2005; p. 142).

A pesquisa realizada por José Machado Pais (2003) no final do século XXI com jovens lisboenses, contribuiu para ampliar o entendimento das culturas juvenis. Pais, a partir da perspectiva analítica sobre o cotidiano, colocou em evidência o uso que os jovens faziam do tempo, o relacionando com o ordenamento social. Segundo o autor, a realidade dos jovens só é possível ser compreendida ao se olhar para as suas experiências e vivências. Além disso, o autor chama a atenção para a necessidade de observar a diversidade dos modos de vida dos jovens, contrapondo os diversos universos de análise para explicar e entender as diferentes culturas juvenis. Pais, ao experienciar o cotidiano juvenil buscou dar voz aos jovens, evidenciando em sua pesquisa os símbolos, as linguagens e as relações de sociabilidade que compõem o universo dos jovens.

A partir da segunda metade da década de 1960 um conjunto de mobilização de jovens ocorre. Manifestam-se por meio de eventos com expressiva dimensão de simultaneidade internacional. As comunidades hippies, o psicodelismo, a proposição do amor livre, a luta contra regimes ditatoriais nos países da América Latina, os movimentos estudantis, entre outros. Alguns estudiosos consideram essas ações como formadoras da *contracultura*, produzida pela negação da sociedade tecnocrática e pela recusa de integração a ela (ABRAMO, 1994).

No Brasil, a juventude entra como categoria de análise no campo de estudo da sociologia em 1960. Maria Alice Foracchi elegeu como tema o jovem universitário. Contudo, nas décadas do autoritarismo esses estudos permaneceram adormecidos, pois entre 1960 a meados de 1970 o cenário envolvendo grupos juvenis fragmentou-se.

Em fins dos anos 1970, o movimento *punk* surge na Inglaterra. Nasce como uma nova cultura juvenil articulada em torno de uma reversão musical dentro do rock. Os jovens buscam romper com os padrões de beleza, com o virtuosismo e sua música é produzida de modo rudimentar e simples, sendo o lema da proposta o “faça você mesmo” a partir dos recursos disponíveis. São jovens da classe trabalhadora dos subúrbios que aderem a proposta do movimento *punk*. Também é nesse período, que outras expressões relacionadas à cultura juvenil começaram a ocupar espaço na cena musical, como o *funk* e o *hip hop*, iniciadas nos EUA pela população jovem negra e de baixa renda.

A partir de 1980 as pesquisas sobre os jovens foram retomadas por Foracchi no Brasil, que ampliou seu olhar para outros atores juvenis, sobretudo os de origem popular. As novas formas de sociabilidade juvenil, para além da escola, e a relação que estabelecem com os espaços públicos encontram um campo profícuo de estudo (SPOSITO, 2005).

Com a chegada do *funk* no Rio de Janeiro, a qual se configurou como uma cultura típica dos jovens moradores dos subúrbios, e o nascimento do movimento *hip hop* em São Paulo, os estudos sobre essas novas formas de manifestação musical começaram a ganhar espaço na academia (VIANNA, 1988). A cidade de São Paulo, em especial, acompanhou o surgimento de inúmeras ações coletivas de jovens que começaram a se apropriar do espaço

urbanos, inspiradas pelo movimento *hip hop*, baseando-se nas novas formas de sociabilidade originadas da “socialização do mundo da rua” (SPOSITO, 1993).

No início dos anos 2000, formas associativas de jovens ligadas a diferentes expressões e linguagens foram ocupando a cena paulista. Os protagonistas desses novos agrupamentos juvenis são jovens moradores das regiões periféricas, onde a oferta de equipamentos públicos e políticas culturais é escassa (FREITAS; DI PIERRO, 2015). O que se observou foi que diante dessa realidade, intensificou-se a aliança entre o fazer artístico e a luta por garantia de direitos e a apropriação do espaço público.

Segundo Silva (2018), a multiplicação de coletivos juvenis pela capital paulista, aliada à implementação de ações voltadas para a população jovem em outros municípios, como Embu das Artes e Santo André, motivou a criação do Programa de Valorização de Iniciativas Culturais – VAI, por meio da Lei 13.540/2003⁴. O Programa VAI apoia financeiramente, por meio de subsídio, atividades artístico culturais, desenvolvidas principalmente por jovens das camadas populares, residentes em regiões da cidade onde não há ou são escassos os recursos e equipamentos culturais.

O Programa VAI, na cidade de São Paulo, configura-se como importante política pública no campo da cultura e também da juventude. Se o início dos anos 2000 foi marcado pelo surgimento de novos grupos juvenil, a partir da aprovação da lei que instituiu o VAI aumentou consideravelmente, não só em número, mas também em diversidade de linguagens, a criação de coletivos.

Os jovens, ao se organizarem, fortalecem-se na luta pela reivindicação por direitos. Encontram novas formas de atuarem politicamente, distanciando-se dos modos tradicionais de participação política. Desse modo, os coletivos e a ação coletiva ganham novos contornos na vida dos indivíduos e apresentam-se como um campo profícuo de estudos na atualidade.

2.2 Os Coletivos e as teorias de ação coletiva e movimentos sociais

⁴ A Lei nº 15.897, alterou a lei de 2003, instituindo duas modalidades: VAI1, voltada para grupos e coletivos compostos por pessoas físicas, de baixa renda e com idade em 18 a 29 anos; VAI 2, voltada para grupos e coletivos compostos por pessoas físicas, jovens ou adultos de baixa renda, que comprovem histórico de atuação de no mínimo dois anos.

Ao considerarmos ações coletivas e movimentos sociais como fenômenos históricos decorrentes de lutas sociais que se transformam com as mudanças estruturais e conjunturais da sociedade, estes são objetos de estudo permanente. Estudos recentes sobre sociedade civil e ação coletiva contemporânea apontam aspectos como a internacionalização do ativismo, a renovação dos atores sociais e a emergência de práticas políticas que incorporam novas temáticas e formas de organização, bem como a ampliação das possibilidades da comunicação, demonstrando a diversidade dos movimentos sociais e ações coletivas. (BRINGEL; GOHN, 2012)

Esse cenário demanda atualização das interpretações sobre as ações coletivas contemporâneas considerando os aspectos apontados, bem como suas interações e os contextos sócio-políticos. O dinamismo das ações coletivas e dos movimentos sociais decorre e reflete, simultaneamente, na sua relação com o Estado e com a sociedade, nas (re) definições de demandas coletivas, nas elaborações discursivas, na construção de identidades, nas formas de manifestação e mobilização, entre outros aspectos abordados pelas teorias e paradigmas deste campo de pesquisa.

José Szwako, Monika Dawbor e Euzeneia Carlos (2017) afirmam que os novíssimos personagens e performances, que emergiram decorrentes dos ciclos de protestos de 2013 e 2015 ocorridos no Brasil, desafiam a capacidade explicativa, e incluem como objeto de análise deste campo as “mais recentes mobilizações de veia performática e os chamados “coletivos” no campo de investigação” (p.10). As reconfigurações das práticas sociais exigem constante reformulação das categorias analíticas e esforço dos olhares acadêmicos.

Os coletivos ganharam relevância, principalmente, em estudos que analisam a participação política de jovens e em análises sobre a conjuntura brasileira dos últimos anos, mais especificamente entre os anos de 2013 a 2016, em relação às grandes manifestações de rua vinculadas à atuação nas redes sociais, que ocorreram neste período no Brasil. (GOHN, 2016, 2017, 2018; MAIA, 2013; PERALVA, 2017; SANTOS, 2017, PEREZ, 2017; PEREZ e SOUZA, 2017).

O fenômeno dos coletivos aponta para um cenário amplo e complexo. Os estudos indicam para um ou mais dos seguintes elementos: preponderante participação de jovens; construção de formas colaborativas e não

hierarquizadas de organização; atuação territorial; mescla de questões identitárias e sociais na construção das pautas temáticas; centralidade das redes sociais digitais, da internet e dos celulares na atuação, divulgação e mobilização; interface com linguagens culturais e objetivo de atuar em disputas políticas na sociedade. (BASSANI, 2016; GOHN, 2016, 2017; MAIA, 2013; PEREZ e SOUZA, 2017).

Um panorama sobre a recente produção acadêmica que aborda os coletivos aponta que esses grupos são objeto de pesquisa de diversas áreas e que em comum entre elas é a atenção dos pesquisadores e pesquisadoras aos sentidos mobilizados pelos próprios sujeitos na identificação dos grupos dos quais fazem parte, enquanto coletivos. Nas abordagens localizadas no campo da ação coletiva e movimento social há uma discussão sobre considerar os coletivos um movimento social ou considerá-los experiências organizacionais das redes de movimentos sociais (OLIVEIRA, 2019).

A definição dos coletivos enquanto uma forma de ação coletiva está em construção e que há um esforço para caracterizar e aprofundar o conhecimento sobre esses grupos de atuação política. A diversidade das experiências complexifica a elaboração de uma definição conceitual que abarque a multiplicidade dos grupos que se reconhecem enquanto tal e problematiza a capacidade explicativa dos marcos analíticos utilizados diante da complexidade do fenômeno.

É importante considerar as designações utilizadas pelos próprios grupos organizados, pois elas remetem à identidade da ação coletiva. A pesquisa deve reconhecer as formulações construídas a partir das experiências dos próprios investigados e atentar para as representações elaboradas e apresentadas por eles. Portanto, é significativo examinar o que os integrantes dos coletivos pensam e expressam sobre a construção e atuação nesses espaços, bem como sobre a própria dinâmica de atuação e organização.

3. Coletivos de comunicação: formação, sobrevivência e atuação

Nesta seção são apresentados parte dos resultados da pesquisa de doutorado “Coletivos juvenis e transição para a vida adulta: desafios vividos por jovens da cidade de São Paulo” realizada entre os anos 2013 e 2018, que

entrevistou 40 jovens integrantes e ex-integrantes de coletivos juvenis. Durante as entrevistas foram explorados alguns aspectos como a participação dos jovens nos coletivos, o modo como eles foram criados, se a atuação do coletivo era política e o que mantinha o coletivo sobrevivendo. Neste artigo pretende-se apresentar os dados relativos as entrevistas realizadas com os integrantes dos coletivos de comunicação Nós, mulheres da periferia, e Periferia em Movimento. No entanto, sempre que necessário, serão também apresentados dados mais gerais.

No que diz respeito a formação dos coletivos, a pesquisa constatou que nascer é fácil, difícil mesmo era sobreviver com o passar dos anos. Dos 40 coletivos entrevistados somente dois foram criados com a clareza de que seriam um grupo, os demais foram se constituindo sem a pretensão inicial de se organizarem enquanto coletivo, mas algumas características de seus integrantes como escolaridade, participação em circuitos culturais, gosto musical, entre outros, contribuíram para o surgimento (SILVA, 2018).

Os coletivos nasceram a partir da união de duas ou mais pessoas para a realização de uma ação conjunta. Algumas ações iniciaram, por exemplo, como uma atividade de entretenimento entre amigos e desdobrou-se na realização de exposições de vídeos, seguidas de debates, shows, etc., que resultou na reivindicação, por parte dos moradores, da revitalização de um campinho de futebol, possibilitando a apropriação da população do espaço para fins culturais, de lazer e prática de esportes.

Outros coletivos foram criados a partir da elaboração de Trabalhos de conclusão de curso (TCC). Este foi o caso da Periferia em Movimento, coletivo de comunicação que iniciou as atividades em 2009 com a participação de três integrantes estudantes de jornalismo e moradores do Grajau, Zona Sul da cidade. A Periferia em Movimento é fruto do Trabalho de Conclusão de Curso desses estudantes que incomodados com a narrativa limitada, muitas vezes negativa e superficial que a mídia convencional apresenta da periferia, produziram o documentário “Grajaú na Construção da Paz”, onde apresentam a história do Movimento pela Paz iniciado nos anos 2000, quando os índices de homicídios aumentavam de forma assustadora na região. Em julho de 2009 criaram o blog Periferia em Movimento para divulgar os bastidores das

gravações e a pesquisa científica. No final deste mesmo ano defenderam o TCC.

Já o coletivo Nós, Mulheres da Periferia, foi formado em 2014, após publicação de artigo de quatro mulheres jornalistas, correspondentes do blog Mural, na seção “Tendências/Debates” do jornal Folha de São Paulo. O artigo tratava da invisibilidade e dos direitos não atendidos das mulheres moradoras da periferia. O texto, que foi escrito com base nas vivências, visões e experiências cotidianas delas, teve grande repercussão, sendo replicado em outros veículos de mídia e ecoou entre as mulheres, jovens e não tão jovens, também moradoras da periferia. A partir disso iniciaram um processo de pesquisa e consolidação do coletivo, entre 2012 e 2013, que surgiu como um Portal: <http://nosmulheresdaperiferia.com.br/>, que lançaram via Facebook e teve uma grande repercussão. Após o lançamento do Portal passaram a ser convidadas para falar sobre o coletivo e suas ideias em diversos locais, sempre com o objetivo de fortalecer as mulheres moradoras das regiões periféricas.

Se constituir os coletivos foi relativamente fácil, difícil mesmo foi garantir a sobrevivência deles ao longo do tempo. O primeiro passo tomado pelos integrantes foi estruturar a organização interna por meio de reuniões periódicas, divisão de tarefas e determinar um local para os encontros. O segundo foi redigir projetos para pleitearem os editais de fomentos. Ao receberem aporte financeiro, as ações dos coletivos eram realizadas sem que seus integrantes tivessem que colocar dinheiro do próprio bolso. Portanto, quanto mais estruturado fosse o coletivo, maiores eram as chances de serem aprovados nos editais.

Segundo Silva (2018; p.90) é importante ressaltar que, “ao serem contemplados nos editais, os coletivos conseguiam estabilidade na precariedade”. Contudo, embora o subsídio disponibilizado não fosse suficiente para a criação de um fundo de reservas para ações futuras, o valor recebido permitiu a muitos coletivos se estruturar e colocar em prática seus projetos.

Embora os subsídios financeiros dos editais não permitissem aos jovens se dedicarem apenas as ações dos coletivos, eles foram fundamentais para garantir a sobrevivência da Periferia em Movimento, que ano de 2009 pleitearam subsídio do Programa VAI, foram contemplados e em 2010 desenvolveram o projeto “Periferia em Movimento Debates”, que envolveu

moradores, artistas e militantes do Grajaú. Em 2011 receberam novamente subsídio do VAI e realizaram o projeto “O.C.A. Oficina de Cinema Amador”, no distrito do Grajaú e Campo Limpo.

Em 2011, sem nenhum recurso, a Periferia em movimento repensa a sua atuação e foca seus trabalhos na divulgação e produção de reportagens sobre movimentos sociais e coletivos culturais da periferia. Em setembro deste ano realiza a cobertura do “Encontro Estéticas das Periferias”. Entre novembro de 2012 a maio de 2013 participa do programa HUB Fellowship para empreendedores sociais criativos, depois recebe consultoria em empreendimento comunitário pela Organização Manier.

Em 2015, novamente com subsídio, agora do edital Redes e Ruas das Secretarias de Direitos Humanos e Cidadania, Cultura e Serviços, desenvolve o projeto “Repórter da Quebrada – Jornalismo Cidadão Conectando o Extremo Sul”. Ainda neste ano recebem o Prêmio Comunica Diversidade 2014 do Ministério da Cultura, pelo projeto “À margem da margem”, realiza o curso de extensão universitária “Periferia na Mídia”, em parceria com o Centro Universitário Ítalo-Brasileiro, participam do Encuentro de Referentes Juveniles, promovido em Buenos Aires (Argentina) pela Organização de Estados Iberoamericanos (OEI) com a presença de jovens de Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Paraguai e Uruguai, também lança o novo site do Coletivo.

Ao longo do ano de 2016 a Periferia em Movimento realizou oficinas para diferentes públicos e sobre diversos temas, como, por exemplo, multimídia, comunicação, rádio, mapeamento cultural, educomunicação e direito à cidade. Em junho deste ano participou da criação da Rede Jornalistas das Periferias, que desde a sua criação conta com o apoio da Fundação Tide Setubal.

Em 2017, foi contemplado pelo edital Redes e Ruas das Secretarias de Direitos Humanos e Cidadania, Cultura e Serviços e desenvolve o projeto “Repórter da Quebrada”, entre fevereiro e setembro planejam e executam a Virada da Comunicação em conjunto com a Rede Jornalistas da Periferia, em agosto realizam o primeiro Escambo periférico no rio de janeiro, reunindo agentes periféricos do extremo sul da capital paulista e coletivos de

comunicação das favelas carioca: Complexo da Maré, Complexo do Alemão e Centro da Cidade.

O ano de 2018 foi um marco na trajetória da Periferia em movimento, fundam a rede UniGraj – Universidade Livre do Grajaú, em parceria com nove coletivos e iniciativas do Extremo Sul de São Paulo.

O movimento de se consolidar por meio da aprovação em editais também foi realizado pela Nos, mulheres da periferia. Logo após a sua constituição, em 2015 o coletivo foi contemplado pelo Programa VAI e desenvolveram o projeto “Desconstruindo Estereótipos”, que consistiu na realização de oficinas que colocavam mulheres de seis regiões periféricas para discutir o modo como a mídia e os programas de televisão retratam as mulheres.

Em 2016 o coletivo recebeu novamente subsídio do Programa VAI e desenvolveu o projeto “Quem somos [por nós]”, ganhou o Prêmio Almerinda Farias Gama, da Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial, criado para fortalecer as vozes de negras e negros da cidade de São Paulo e o Prêmio Pontos de Mídia livre, do Ministério da Cultura.

Tanto o coletivo Periferia em Movimento como o Nós, Mulheres da Periferia, embora possuíssem um projeto em comum, eles ainda não estavam organizados de forma que pudessem ser reconhecidos como coletivo. Essa organização foi construída ao longo do tempo, conforme desenvolviam suas ações e projetos. A pesquisa evidenciou que “à medida que mais organizados, as relações entre os integrantes se fortaleciam, favorecendo a continuidade do coletivo” (SILVA, 2018; p. 89).

Contudo, o que mantém esses coletivos ainda atuantes são a intencionalidade de suas ações. Por exemplo, o objetivo do Nós, mulheres da periferia é dar visibilidade aos direitos não atendidos das mulheres, problematizar acerca dos preconceitos e estereótipos limitadores que se cruzam com as questões de classe social e raça e dar espaço para suas histórias.

Para Reguillo (2000), “nenhuma prática está fora do social, o que em termos de análise deve ser traduzido na capacidade do analista para localizar o conjunto de expressões, processos, ações, objetos que ele estuda, no âmbito das gramáticas que os tornam possíveis ou impedem” (p. 52). Desse modo, a

atuação da Periferia em Movimento e do Nós, mulheres de periferia, não estava esvaziada de sentido político. Esse aspecto esteve presente sem suas falas quando questionados se a atuação do coletivo era política:

É uma atuação política [...] não tem como ser só jornalista quando se escolhe falar de mulher, classe, gênero. Você escolheu uma causa. É uma causa, tanto que tem muitos movimentos que nos enxergam como movimento e tem muitos veículos de mídia que nos enxergam como mídia. Então a gente é as duas coisas, a gente acaba sendo um coletivo de comunicação, que na visão de muitos e que é mesmo. Nossa essência é ativista [...] O Nós é apartidário, mas a nossa política está no dia a dia assim, sabe? A política do dia a dia, da troca, do respeito, do pleitear pelos seus direitos, do pleitear pelo espaço da fala, de ter igualdade de relevância nas histórias e tudo mais. Essa é a política que a gente faz muito (Shaira, Nós, mulheres da periferia).

A gente entendendo política como possibilidade de mudar, de mudança, de promover uma mudança. Então eu acho que é política a partir do momento que a gente senta lá no shopping. Eu acho que a partir desse momento que começa o Periferia em Movimento é político, porque na verdade a gente está questionando algo que foi imposto para nós, que era um modelo meritocrático que dependia de mim mudar o meu destino, sendo que na verdade tem uma série de questões aí que são colocadas, de barreiras que estão colocadas, que outras pessoas que eu conhecia ao longo da vida desde a faculdade até então não enfrentaram. Então acho que é política desde esse momento. É um rompimento de paradigmas próprios, de questões próprias, de uma desconstrução que não termina. (Tomas, Periferia em Movimento).

Para os coletivos a política praticada por eles estava no dia a dia, nas informações veiculadas pelo portal que alimentavam com notícias e artigos direcionados aos moradores das regiões periféricas de São Paulo. Estava nas oficinas que realizavam, com vistas a formar sujeitos conscientes de seus direitos. Ao enfatizar que o Nós, mulheres da periferia era apartidário, Shayra chama a atenção para duas maneiras de se pensar e fazer

política: uma que se desenvolve no âmbito do aparelho do Estado, nas organizações partidárias e nos sindicatos, que pode ser denominado como Política com “P” maiúsculo; uma segunda que está presente nas ações diárias relacionadas as práticas de ação coletiva, essa é a política com “p” minúsculo (MORENO, 2014).

Ambas formas de atuar politicamente possuem papel fundamental na sociedade. Ao se distanciarem das formas tradicionais de atuação política, como os partidos, movimentos estudantis, sindicatos etc., buscando outras formas de ação política, o que se observa é que os coletivos se organizam a partir de relações horizontais e colaborativas.

Há uma conexão entre as práticas horizontais e colaborativas e os objetivos políticos dos coletivos. Enquanto grupos de ação coletiva que buscam construir possibilidades de atuação e participação política mais inclusivas e plurais, a construção da horizontalidade e da colaboração está associada à autodenominação “coletivo”.

A horizontalidade e o fazer colaborativo aparecem como aspectos interligados na medida em que o primeiro não se refere apenas à possível ausência de liderança, mas também à atribuição igualitária de importância aos afazeres realizados e respeito à disponibilidade de tempo e os saberes dos integrantes, implicando em desafios operacionais na execução das tarefas que muitas vezes ficam paralisadas por falta de alguém que a realize ou coordene sua realização.

Neste sentido, a ressignificação da ideia de liderança pode ser mais produtiva do que buscar nos coletivos um tipo de liderança comum a outras ações coletivas ou pensar apenas na ausência dela. Por outro lado, a valorização da participação direta dos integrantes nos processos e exercitando no cotidiano dos grupos os valores e ideais que orientam o objetivo político dos coletivos dialogam com a dimensão da esfera cotidiana. Não só alcançar o objetivo político de cada coletivo é importante, mas também a forma de organização interna, a maneira como se apresentam para os interlocutores externos e as disputas, tensionamentos e desconfortos provocados a cada dia.

Bringel (2015), ao resgatar as produções sobre os movimentos sociais dos anos 1970 e 1980, destaca que a esfera do cotidiano passou a ganhar visibilidade já que os espaços institucionais da luta política não estavam

abertos. Assim, para além de valorizar o plano institucional da política, “se olhou também para sua esfera cotidiana, permitindo identificar reivindicações mais pontuais que, em outros contextos, poderiam ser desconsideradas.” (BARREIRA, 2011, apud, BRINGEL, 2015, p. 56). Embora sejam contextos históricos singulares, é interessante notar que a dimensão do cotidiano aparece na caracterização dos coletivos, pois está relacionada com a centralidade do processo, ou seja, com a maneira como as ações são realizadas.

Além da atuação política cotidiana, os coletivos também estão inseridos nas disputas políticas mais amplas, pois os seus projetos políticos são elaborados a partir de questões estruturais da sociedade e suas ações estão em constante diálogo com a conjuntura. Essa inserção permite considerar que os coletivos integram alguma rede de movimentos sociais, considerando a ideia de Diani (2015), para quem um movimento social “é uma rede de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações, comprometidos em um conflito político e cultural e sobre a base de uma identidade coletiva compartilhada” (DIANI, 2015, p. 10).

Considerações Finais

Os coletivos, aqui considerados um tipo de ação coletiva, podem ser observados a partir das práticas de organização interna e das práticas de atuação, como as parcerias estabelecidas, formas de financiamento e as atividades desenvolvidas. A análise combinada das práticas com os projetos políticos permitiu refletir sobre a atuação política e as formas de organização dos coletivos, possibilitando combinar aspectos internos com disputas feitas na esfera pública.

A Periferia em movimento e o Nós, mulheres da periferia, constituíram-se como coletivos e desenvolvem práticas jornalísticas que disputam a construção das imagens e narrativas periféricas. Da mesma maneira, as práticas de organização e de atuação adotadas por eles estão de acordo com os projetos políticos que os orientam: é a política com “p” minúsculo, que busca modificar a sociedade a partir de ações cotidianas e diárias. A análise sobre estes coletivos contribui com a interpretação sobre as formas de atuação

política contemporâneas, bem como sobre a reflexão sobre as possibilidades organizativas e de ação coletiva dos jovens.

Referências

ABRAMO, Helena Wendel. Cenas juvenis. São Paulo: Editora Página Aberta, 1994.

ALMEIDA, Elmir de. Os estudos sobre grupos juvenis: presenças e ausências. In: SPOSITO, Marília Pontes (Coord.) O Estado da Arte sobre juventude na Pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006). Belo Horizonte: Argumentvm, 2009.

BASSANI, J. Coletivos na cidade de São Paulo. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6eetuRKmPB> Acesso em: 18 dez 2018

BRINGEL, B. Repertório de Ação e Repertórios de interpretação: trinta anos de estudos sobre os movimentos sociais no Brasil. In: Scherer-Warren e Luchmann (Orgs) Movimentos Sociais e Engajamento Político, UFSC, 2015, p. 43-76

CLARKE, Gary. Plaidoyer pour les plus de ski. Une critique des théories des subcultures jeunes. In: GLEVARECE, Hervé, et al. Cultural Studies. Anthologie. Paris: Armand Colin, 2008.

CLARKE, John; HALL, Stuart.; JEFFERSON, Tony.
ROBERT, Brian. Subcultures, cultures and class. In: HALL, Stuart; e JEFFERSON, Tony. Resistance Through Rituals Youth subcultures in post-war Britain. Birmingham: Taylor & Francis e-Library, 2006.

DIANI, M. Revisando el concepto de movimiento social. Encrucijadas. Revista Crítica de Ciencia Sociales, n. 9, p. 1-16, 2015. Disponível em: <http://www.encrucijadas.org/index.php/ojs/article/view/161/145> Acesso em 12 de agosto de 2019.

FREITAS, Maria Virgínia de; DI PIERRO, Gabriel. Cultura e apropriação da cidade por meio de iniciativas juvenis. Le Monde Diplomatique Brasil, vol. 13, 2015. Especial Juventude e a desigualdade no urbano.

FREIRE FILHO, João. Das subculturas às pós-culturas juvenis: música, estilo e ativismo político. Contemporânea. Jornal de comunicação e cultura, Salvador, vol 3 nº 1, 2005.

GOHN, M. e BRINGEL, B.(orgs.) Movimentos sociais na era global. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2012.

GOHN, M. Movimentos Sociais e Movimentos de Coletivos em São Paulo: o papel da política, dos mediadores e da mídia nas mobilizações, manifestações e protestos nas ruas na atualidade. 10º Encontro Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). Sessão Protestos, Movimentos Sociais e Democracia. Anais do 10º Encontro da ABCP. Belo Horizonte, MG. 2016. Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/eventos/10o-encontro-abcp/anais?page=23> Acesso em 28 de fev. 2018.

_____ Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade. São Paulo. Cortez. 2017.

MAIA, G. A juventude e os coletivos: como se articulam as novas formas de expressão política. Revista eletrônica do curso de direito da UFSM v.8. n.1. Santa Maria, 2013 Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/8630> Acessado em 07 de janeiro de 2019.

MORENO, Gilberto G. “Tudo o que a gente faz na quebrada é política”: vida associativa nas bordas da cidade. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

MATTELART, A. e NEVEU, É. Introdução aos estudos culturais. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

OLIVEIRA, M. Coletivos na cidade de São Paulo: práticas organizativas, práticas de atuação e identidades coletivas. 2019, 115p. (Dissertação em Ciências Humanas e Sociais) - UFABC

PAIS, José Machado. Culturas Juvenis. 2º edição, Lisboa: imprensa Nacional, 2003.

PARSONS, Talcott. A classe como sistema social. In. BRITO, S (ORG). Sociologia da juventude III: a vida coletiva juvenil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

PERALVA, A. O legado de 2013: Coletivos de ativistas e a agenda política brasileira, 41º Encontro Anual da ANPOCS, GT 8, 2017.

PEREZ, O. e SOUZA, B. Velhos, novos ou novíssimos movimentos sociais? As pautas e práticas dos coletivos. 41º Encontro Anual da ANPOCS, GT 11, 2017.

REGUILLO, Rossana. El lugar desde los márgenes. Músicas e identidades juveniles. Nomadas (Col), Bogotá, n. 13, p. 40-53, out, 2000.

ROLNIK, R. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações In. Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil, São Paulo, Carta Maior, Boitempo, 2013, p.7-12.

SILVA, Fernanda Arantes e. Grupos juvenis e equipamentos públicos: um estudo do Centro Cultural da Juventude da cidade de São Paulo. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SILVA, Fernanda Arantes e. Coletivos juvenis e transição para a vida adulta: desafios vividos por jovens da cidade de São Paulo. 2018. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SPOSITO, Marília Pontes. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. Tempo Social, São Paulo, v. 5, n. ½, p. 161-178, dez. 1993.

SPOSITO, Marília Pontes. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 87-127.

SZWAKO, J.; DAWBOR, M.; CARLOS, E. Movimentos sociais, sociedade civil e participação. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. São Paulo, n.82, 2017, p.5-12.

VIANNA, Hermano. O mundo funk carioca. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
WHYTE, Foot W. Sociedade de esquina. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2005.

ZALUAR, Alba. Guangues, galeras e quadrilhas: globalização, juventude e violência. In: VIANNA, Hermano (Org.). Galeras cariocas: territórios de conflito e encontros culturais. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.